Prorrogar o mandato da actual comissão administrativa da Facar, António de Carvalho & Filhos, L.^{da}, constituída por:

Engenheiro António José de Albuquerque Vasconcelos Claro da Fonseca;
Licenciado António Manuel da Silva Carvalho;
Licenciado Manuel José Rocha Sarmento;

até que se encontre concluído o processo de cessação da intervenção do Estado na empresa.

Presidência do Conselho de Ministros, 30 de Dezembro de 1976. — O Primeiro-Ministro, *Mário Soares*.

Resolução n.º 21/77

O Conselho de Ministros, reunido em 13 de Janeiro de 1977, resolveu:

Nos termos e para os efeitos do n.º 3 da base II da Lei n.º 1/73, de 2 de Janeiro, que o limite máximo das responsabilidades decorrentes para o Estado da prestação de avales, para além dos avales internos existentes à data da publicação daquela lei, seja elevado de 35 000 000 000\$ para 45 000 000 000\$.

Presidência do Conselho de Ministros, 13 de Janeiro de 1977. — O Primeiro-Ministro, *Mário Soares*.

Resolução n.º 22/77

O Conselho de Ministros, reunido em 13 de Janeiro de 1977, resolveu:

Autorizar a concessão de aval do Estado ao empréstimo de 20 250 000 marcos que a Companhia Nacional de Petroquímica vai contrair para financiar a construção de uma fábrica de etileno em Sines.

Presidência do Conselho de Ministros, 13 de Janeiro de 1977. — O Primeiro-Ministro, *Mário Soares*.

Resolução n.º 23/77

A Bolsa de Valores de Lisboa encontra-se a funcionar desde 12 de Janeiro de 1976, mas apenas para transacções sobre obrigações.

Considera o Governo necessário e urgente pôr em funcionamento pleno a referida Bolsa, alargando-se o seu campo de actuação aos outros valores ali transaccionáveis, em especial às acções das sociedades anónimas não nacionalizadas.

Com efeito, passa pelo funcionamento da Bolsa de Valores, como instituição auxiliar de crédito, a dinamização do mercado de capitais, tão importante para o relançamento da economia nacional, pela influência que poderá exercer a satisfação das necessidades financeiras das empresas, no investimento privado e no aumento e orientação correcta da poupança nacional.

Assim, e encontrando-se reunidas as condições conjunturais necessárias para o pleno funcionamento da Bolsa, o Conselho de Ministros, reunido em 13 de Janeiro de 1977, resolveu:

Determinar, sob proposta do Ministro das Finanças, que na Bolsa de Valores de Lisboa recomecem, a partir de 28 de Fevereiro próximo, as transacções

sobre todas as espécies de valores nela admissíveis à cotação.

O Ministro das Finanças tomará ou proporá ao Conselho de Ministros as providências necessárias para a perfeita execução desta resolução, salientando-se os condicionamentos necessários para se obviar, como de resto já vem previsto no Programa do Governo, a que a Bolsa se torne num centro de especulação financeira.

Presidência do Conselho de Ministros, 13 de Janeiro de 1977. — O Primeiro-Ministro, *Mário Soares*.

Resolução n.º 24/77

Tem-se verificado um desequilíbrio entre o consumo, aumentando a ritmo absolutamente anormal, e a produção nacional de carne de porco, pelo que foram importadas 21 600 t em 1976 contra apenas 7800 t no ano de 1975.

Para esta situação tem contribuído a retracção do mercado de carnes de bovino e os elevados preços atingidos pelos suínos, que levaram alguns criadores a desfazerem-se dos seus efectivos reprodutores.

Apesar de a produção suína depender fortemente da utilização de parte de cereais importados, o valor acrescentado é de grande importância para a economia de divisas e os suínos são, logo a seguir às aves, a espécie de onde se obtém melhor índice de transformação.

Considera-se necessário estimular a lavoura descapitalizada, repor e aumentar os efectivos reprodutores e instalar em boas condições de defesa sanitária 15 000 reprodutoras, que aumentarão, a curto prazo, a produção nacional em cerca de 20 000 t.

Para fazer face aos investimentos exigidos por esta política de fomento da suinicultura, o Conselho de Ministros, reunido em 13 de Janeiro de 1977, resolveu:

Que pelo Ministério das Finanças seja aberta uma linha de crédito, a médio prazo, no montante de 600 000 000\$, sendo 150 000 000\$ a prazo de três anos para aquisição de reprodutores e 450 000 000\$ a prazo de sete anos para instalações e equipamento.

A distribuição destas verbas, através da banca nacionalizada e sujeita a parecer técnico, será orientada pela Secretaria de Estado do Fomento Agrário, segundo normas técnicas a fixar por despacho do Ministro da Agricultura e Pescas, com o acordo dos Ministros do Plano e Coordenação Económica e das Finanças.

Presidência do Conselho de Ministros, 13 de Janeiro de 1977. — O Primeiro-Ministro, *Mário Soares*.

Despacho Normativo n.º 16/77

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 845/76, de 11 de Dezembro, delego nos actuais Ministros, no âmbito dos respectivos departamentos, a competência que me é conferida pelo n.º 1 desse artigo, para autorizar a investidura na posse administrativa dos prédios a expropriar.

Presidência do Conselho de Ministros, 15 de Janeiro de 1977. — O Primeiro-Ministro, *Mário Soares*.